

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Planeta em estado de alerta

Divulgação Satélite Terra



Divulgação Governo do Estado de SC/ Jaksson Zanco



Cientistas prevêem que fenômenos como o Furacão Catarina, que atingiu o Sul do Estado em março de 2004, serão cada vez mais comuns. As mudanças climáticas serão tema da Semana do Meio Ambiente na Assembléia. Também será lançado o programa Consciência Limpa

Páginas 6, 7 e 8

Jovens aprovam projetos

Carlos Kilian



Os 40 estudantes que participaram da quarta edição do Parlamento Jovem aprovaram cinco projetos que agora serão encaminhados para Comissão de Legislação Participativa da Casa.

Realizado pela Escola do Legislativo, o programa Parlamento Jovem pretende estimular a participação política da juventude, com a vivência de situações reais da atividade parlamentar.

Página 5

Fórum do Cooperativismo vai buscar soluções como mais crédito para o setor

Página 5

LDO recebe emendas até julho

Solon Soares



Deputados da Comissão de Finanças trabalham para organizar as audiências do Orçamento Regionalizado. No dia 30, eles

aprovaram o parecer preliminar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Página 3

ENTREVISTA

Deputada Ada De Luca fala sobre seu trabalho à frente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais

Página 4

Serviço Auxiliar Temporário da PM tem normas aprovadas

Página 10

OPINIÃO

Certificado da OIE, uma vitória de Santa Catarina

O último foco de febre aftosa no território catarinense foi registrado no ano de 1993. Em 1998, o estado obteve da Organização Mundial de Saúde Animal – OIE o reconhecimento internacional de livre de febre aftosa com vacinação. O Ministério da Agricultura declarou Santa Catarina, em maio de 2000, como livre de febre aftosa sem vacinação. Nos últimos 6 anos, houve focos da enfermidade no Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul e Paraná. Apesar das ameaças da ocasião, apresentamos em 15 de junho de 2004 a primeira solicitação para que o MA adotasse providências técnicas para pleitear junto à OIE a certificação internacional de livre de febre aftosa sem vacinação. Especialmente em 2005 e 2006, SC atuou fortemente para evitar a introdução da enfermidade em seus rebanhos. Foram executadas ações comparadas a uma guerra, com a participação da defesa sanitária animal da Cidasc, de criadores, agroindústria, polícias civil e militar e forças armadas. Um grande impulso

para o fortalecimento do sistema de defesa sanitária animal está sendo a cooperação técnica entre a Secretaria da Agricultura e o Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária (ICASA), criado em 2006. O contingente de médicos veterinários da Cidasc passou de 180 para 340. Após o encaminhamento pelo MA à OIE do pleito catarinense, um grupo de especialistas da entidade recomendou sua aprovação. Em 22 de maio de 2007, na Assembléia Anual da Comissão Científica das Doenças dos Animais da OIE, composta por representantes dos 168 países membros, SC entra para a história como o primeiro e único estado do Brasil a receber da OIE o Certificado de Área Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, nos credenciando a brigar de igual para igual com importantes mercados mundiais.

Agora nos resta adequar o estado aos procedimentos da União Européia. Para isso, a Secretaria da Agricultura e as agroindústrias desenvolvem desde janeiro de 2004 entendimentos com o Instituto

Zooprolático G. Caporale, da Itália. Através de consultoria técnica, ele contribuirá à adequação do sistema de defesa sanitária animal aos procedimentos internacionais de forma a superar os obstáculos técnicos que impedem o ingresso da carne suína catarinense nos países da União Européia, Japão e Coreia do Sul, entre outros países importadores.

Um do exemplo prático do resultado desta importante conquista é a visita de uma missão japonesa a SC, que, logo após a certificação, confirmou a vinda em outubro deste ano.

Apesar da possibilidade de maior participação no mercado internacional de carne suína, é prudente a manutenção dos atuais níveis de produção. A certificação de livre de febre aftosa sem vacinação não representa uma garantia de participação desse mercado, apenas oportuniza a possibilidade de negociações.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB)

Escola para educar para o trânsito

Não somente matemática, língua portuguesa ou ciências devem ser as matérias constantes nos currículos escolares. São sim, importantes para o nosso preparo intelectual e prático. Mas o dia-a-dia nos aponta outras necessidades. O cuidar da vida é uma delas. As estatísticas nos mostram o quão violento é o trânsito, apesar de órgãos responsáveis não apresentarem números consistentes (no site do Denatran, a última atualização é de 2002).

Uma das principais dificuldades para se conhecer este quadro são registros imprecisos de acidentes de trânsito ou suas causas. Uma solução poderia ser um Boletim de Registro de Acidente de Trânsito Unificado. Com dados concretos é mais seguro se trabalhar focado nos principais problemas relacionados aos acidentes. Seria uma questão

de se trabalhar a causa e não o efeito. O que não se pode é ficar inerte diante deste problema. Como todos sabem que a educação é a melhor solução para problemas de qualquer origem, apresentei uma proposta de lei que trata do ensino de conteúdos e atividades relativos à cidadania e ao papel do cidadão no trânsito, a serem desenvolvidos em várias disciplinas que seriam inseridas nos currículos escolares do ensino médio em Santa Catarina. A intenção é abranger conhecimentos sobre a legislação de trânsito, a formação do condutor, direção defensiva, primeiros socorros. Tudo que possa auxiliar para criar a consciência em uma idade em que estamos mais abertos a novas idéias, a adotar novos e melhores comportamentos.

Entendo que esta iniciativa seria de muita utilidade, pois se

constituiria em uma medida preventiva contra acidentes de trânsito, familiarizando os jovens com as regras básicas de condução de veículos. Seriam motoristas jovens e conscientes de que estão lidando com um meio de transporte que, se usado de maneira equivocada, constitui-se em “uma arma mortal”. Já existem convênios entre o Ministério da Justiça e estados objetivando a implantação e a operacionalização do Projeto Educação – Segurança no Trânsito. Instituído pelo órgão federal, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o programa é desenvolvido no âmbito das escolas de ensino médio, integrantes das redes públicas estaduais, visando ao aprimoramento da formação de condutores na faixa etária de 16 a 25 anos.

Deputado Narcizo Parisotto (PTB)

Reunião abre debate para a valorização cultural do estado

A diversidade cultural do estado foi abordada na Assembléia Legislativa durante reunião proposta pelo deputado Jailson Lima (PT), com objetivo de unificar os Pontos de Cultura de Santa Catarina para melhor resgatar e desenvolver as raízes culturais. Com a participação de representantes de vários segmentos culturais, o encontro foi conduzido pelo proponente que informou que o orçamento da União disponibiliza ao Estado recursos para 30 Pontos de Cultura, mas atualmente só existem 12 em funcionamento e três em fase de implantação.

O parlamentar considera ainda que a falta de conhecimento, de apoio e de estrutura, são os problemas enfrentados para se fazer arte. “Queremos organizar os Pontos de

Cultura para cada vez mais captar os recursos que o Ministério coloca à nossa disposição”. Segundo a representante do Ministério da Cultura, Rosane Dalçoco, no país hoje existem 700 pontos, mas a meta do ministro Gilberto Gil é implantar 5 mil Pontos de Cultura no Brasil.

Ainda na primeira quinzena de julho será realizada uma audiência pública com o objetivo de ampliar o debate, para a qual serão convidados representantes da cultura de Santa Catarina. Também serão realizadas reuniões com os interessados para a evolução do debate. A primeira acontecerá em 14 de junho na UFSC, as outras serão agendadas posteriormente, para que o grupo formado na reunião desta noite dê prosseguimento às atividades do segmento cultural.

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputado Jailson Lima quer mais Pontos de Cultura em Santa Catarina

[AGENDA]

- **4 de junho, 8h30:** Abertura oficial da Semana do Meio Ambiente
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- **4 de junho, 9 horas:** 4ª Mostra Ambiental do Maciço do Morro da Cruz
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho
- **5 de junho, 16h30:** Lançamento da campanha Consciência Limpa
Local: Plenário Osni Régis
- **5 de junho, 19 horas:** Lançamento do livro “Ambientes da Democracia Ambiental”, do deputado professor Sérgio Grando
Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Andréa Leonora e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

Definido calendário de audiências do Orçamento Regionalizado

Dinâmica dos encontros terá debate aberto ao público, seguido de trabalho em grupo para definição de prioridades

A Assembléia Legislativa, por meio da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e da Comissão de Finanças e Tributação, definiu o cronograma das audiências públicas para o Plano Plurianual (PPA) 2008/2011 e Orçamento 2008. Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembléia, o deputado Jorginho Mello (PSDB) disse que quer desenvolver um processo novo, que pretende chegar o mais perto possível da realidade "sem criar expectativas que não possam ser cumpridas"

Para tanto, o presidente contará com a participação das secretarias estaduais da Fazenda, do Planejamento, de Desenvolvimento Regional e dos Conselhos Regionais. Segundo o deputado, "as audiências vão nos ajudar a definir prioridades com responsabilidade, estipu-

lando propostas que possam ser executadas, tornando o PPA e o Orçamento cada vez mais longe de serem considerados peças de ficção".

O coordenador da Comissão do Orçamento Estadual, Lício Mauro da Silveira, explicou que os debates sobre aplicação do orçamento e a escala de prioridades das ações irão possibilitar uma adaptação do orçamento de 2008 e do PPA para os próximos quatro anos.

A dinâmica das audiências, que serão presididas pelo deputado Jorginho Mello e por um outro parlamentar da comissão, contará com debate aberto ao público, seguido de um trabalho em grupo, assessorado pelas comissões. O trabalho deverá ser apresentado e discutido com todos os presentes. Só após isso será elaborado e lido o documento final.

Emendas à LDO poderão ser apresentadas até 25 de junho

Os parlamentares da Comissão de Finanças e Tributação aprovaram no dia 30 o parecer preliminar ao projeto de lei da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que irá orientar o Orçamento do Estado de 2008. Na matéria relatada pelo deputado Renato Hinnig (PMDB), o prazo final para apresentação de emendas parlamentares se esgota no dia 25 de junho.

Este ano existe uma excepcionalidade, pois não há o Plano Plurianual, que serve de base para a LDO, como acontece no primeiro ano de cada mandato do Executivo. A LDO deve orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro subsequente.

Como há a necessidade de elaborar o Plano Plurianual 2008-2011, que deve ser enviado à Assembléia Legislativa até o dia 31 de agosto, os parlamentares aproveitarão para colher subsídios durante as audiências públicas que acontecem no período de 11 a 28 de junho (veja matéria acima), em diversas regiões do estado.

O PPA é a exposição de metas, diretrizes e programas de

governo para o período correspondente de quatro anos. Já a LDO definirá as prioridades da administração pública e orientará a elaboração da LOA. Esta compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes, receitas e despesas de fundos, órgãos e entidades da administração pública.

Esclarecimentos

Para as emendas da LOA, a Assembléia sistematizará, por intermédio da Comissão de Finanças e da Coordenadoria do Orçamento Estadual, as prioridades colhidas durante a realização das audiências públicas.

Em reunião extraordinária, a Comissão de Finanças se reunirá no dia 2 de julho para a análise e votação do parecer final da Lei de Diretrizes Orçamentárias, já com as emendas colhidas como prioridades nas audiências públicas e que também servirão de base ao Plano Plurianual.

A votação em plenário acontece nos dias 3, 4 e 5 de julho. O dia 13 do mesmo mês é o prazo para o encaminhamento à apreciação do Executivo.

Data/hora	Jurisdição das Secretarias de Desenvolvimento Regional	Local
11/junho - 14 horas (segunda-feira)	Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Maravilha e São Miguel do Oeste	Auditório UNOESC SÃO MIGUEL DO OESTE
12/junho - 14 horas (terça-feira)	Chapecó, Palmitos, Quilombo, Xanxerê, São Lourenço do Oeste e Seara	Salão de Atos da UNOCHAPECÓ CHAPECÓ
13/junho - 14 horas (quarta-feira)	Campos Novos, Concórdia, Joaçaba e Videira	Auditório Afonso Dresh, na UNOESC JOAÇABA
14/junho - 14 horas (quinta-feira)	Caçador, Curitiba, Lages e São Joaquim	Anfiteatro CAV - UDESC LAGES
18/junho - 14 horas (segunda-feira)	Canoinhas, Jaraguá do Sul, Mafra e Joinville	Auditório da UNIVILLE JOINVILLE
19/junho - 14 horas (terça-feira)	Blumenau, Brusque, Itajaí e Timbó	Teatro Carlos Gomes BLUMENAU
20/junho - 14 horas (quarta-feira)	Grande Florianópolis	Auditório da Fundação Catarinense de Educação Especial SÃO JOSÉ
21/junho - 14 horas (quinta-feira)	Araranguá, Braço do Norte, Criciúma, Laguna e Tubarão	Auditório São José, anexo à catedral CRICIÚMA
28/junho - 14 horas (quinta-feira)	Ibirama, Ituporanga, Rio do Sul e Taió	Salão do Bloco G, UNIDAVI RIO DO SUL

Secretário fala sobre arrecadação

A pedido do deputado Décio Góes (PT), o secretário de Estado da Fazenda, Sérgio Alves, compareceu a uma audiência pública realizada na Assembléia Legislativa, no dia 29, pela Comissão de Finanças e Tributação. O secretário falou do desempenho fiscal do governo no primeiro quadrimestre de 2007 e sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008.

Dos números apresentados destacou-se que o superávit de execução orçamentária foi de R\$ 193 milhões. A arrecadação cresceu 11% em relação a igual período de 2006, atingindo o total de R\$ 2,75 bilhões, enquanto que a despesa cresceu 8%, chegando a R\$ 2,56 bilhões de reais.

As despesas de pessoal e encargos sociais no período, de acordo com Alves, corresponderam a 55,36% da Receita Corrente Líquida. "O Estado vem cumprindo rigorosamente as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal e o Programa de Ajuste Fiscal pactuado com a Secretaria do Tesouro Nacional", destacou o secretário.

Os parlamentares presentes sugeriram que, a exemplo do governo federal, o Estado dis-



Alves: cumprindo as normas

ponibilize seus dados financeiros na Internet, possibilitando a correta fiscalização, por parte do Legislativo, sobre o uso dos recursos. Solicitaram também maior atenção e investimentos em setores como segurança pública e assistência social, a rediscussão do pacto federativo e o atendimento das reivindicações que serão apresentadas nas reuniões do Orçamento Estadual Regionalizado.

A LDO para 2008, assunto da segunda parte da audiência pública, deixou muitas dúvidas entre os parlamentares. Sérgio Alves disse que a Fazenda não participou diretamente da elab-

oração da LDO e que apenas forneceu dados à Secretaria de Estado do Planejamento. O relator, deputado Renato Hinnig (PMDB), disse que vai sugerir aos demais integrantes da Comissão que o secretário de Planejamento, Altair Guidi, compareça à Assembléia no próximo dia 6 para o esclarecimento das dúvidas sobre o assunto e que a apresentação do relatório final aconteça em reunião extraordinária, a ser realizada no mesmo dia.

Décio Góes, proponente do encontro, disse que as informações do secretário mostram que "se houve crescimento da receita e se há equilíbrio fiscal, a população pode exigir investimentos".

O deputado Renato Hinnig parabenizou o secretário pelo desempenho. "Este comportamento transparente deixa-nos tranquilos quanto à seriedade dos procedimentos da Secretaria." Ele lembrou que grande parte das dificuldades apresentadas pelo Estado e municípios está na concentração de recursos na União. "É necessário um novo pacto federativo e uma justa redistribuição de recursos", finalizou Hinnig.

INSTITUCIONAL

Entrevista/Deputada Ada De Luca (PMDB)

“Temos que agir como mediadores”

Em entrevista exclusiva, a parlamentar destaca a afinidade com os temas tratados pela comissão que preside, a de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, e fala sobre eventos futuros

Suzana Couto Tancredo

AL Notícias – Recém-chegada à Assembléia, a senhora já assumiu a presidência de uma comissão e conseguiu imprimir a esta um ritmo intenso de trabalho. Essa é uma característica sua ou é resultado da demanda da sociedade?

Ada De Luca - Um pouco de cada. Tenho um perfil ativo. Aceitei assumir a presidência de uma comissão pela afinidade que tenho com os temas: idoso, mulher, criança e adolescente, direitos humanos, defesa do consumidor. Com certeza, estou movimentando a comissão, pois, pela abrangência, é um espaço muito requisitado pelos mais diversos setores da sociedade.

AL Notícias – A comissão que a senhora preside trata de assuntos ligados à esfera social e de grande complexidade. Como o Legislativo pode contribuir?

Ada De Luca - Da maneira que nos compete, enquanto legisladores. Agindo como mediadores, debatendo os temas com a sociedade, ouvindo reivindicações, buscando soluções viáveis e, dentro das possibilidades, transformando as necessidades da sociedade em projetos de lei, indicações, moções e requerimentos que melhorem a vida dos catarinenses.

AL Notícias – Esta comissão é uma das que tem o maior número de atribuições, todas de relevante interesse social. Que assuntos a senhora poderia destacar entre tantos?

Ada De Luca - Tenho focado minha atuação na questão da cidadania. É um tema amplo e abrangente, mas não quero impor limitações para a comissão. Ao mesmo tempo em que tenho trabalhado para a realização da I Jornada Catarinense Maria da Penha, a qual discutirá a violência doméstica e familiar em Santa Catarina, bem como sua erradicação, também estou disponibilizando a Série Cidadania, que são cartilhas que dispõem as legislações de direitos humanos, Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Maria da Penha e Código de Defesa do Consumidor. A comissão ainda está promovendo audiências públicas sobre os mais variados temas, desde os impactos da CPMF no bolso do consumidor à redução da maioridade penal.

AL Notícias – A senhora tem presidido eventos que tratam, por um lado, dos direitos e da proteção da mulher, por outro, do incentivo à participação feminina na política. São dois extremos. Como lidar com tamanha diferença?

Ada De Luca - Não considero extremos. Brigar pelos direitos da mulher é muito mais

do que buscar proteção. Já ultrapassamos esta fase. Estamos na etapa de informar as mulheres sobre seus direitos e encorajar para fazê-los valer. Mostrar o perfil de uma mulher de cabeça erguida, com coragem de enfrentar a violência contra ela. O incentivo às mulheres participarem da política, seja no seu bairro, na sua cidade ou noutra instância, também é provocar e estimular este novo perfil, de mulher forte, decidida e participativa. Acredito que somente com a participação da mulher na vida pública conseguiremos construir políticas eficazes para as mulheres, idosos, crianças e adolescentes. Nós, mulheres, sabemos destas necessidades, pois somos nós que cuidamos da família.

AL Notícias - Nestes vários eventos que a senhora presidiu, qual a informação que mais a surpreendeu? Por quê?

Ada De Luca - Como mãe e avó o que mais me agride, me choca, é a violência e o abuso contra crianças, como tantos casos que tomamos conhecimento desde o início deste ano. Além destes casos, todas as audiências públicas nos trazem informações surpreendentes, relevantes e importantes. Essas discussões nos municiam para a construção da cidadania, de uma sociedade melhor, mais justa e igualitária.



Eduardo Guedes de Oliveira

AL Notícias – Como avalia o trabalho realizado até aqui à frente da comissão?

Ada De Luca - A Comissão de Direitos e Garantias tem sido muito atuante. Em três meses foram realizadas seis audiências públicas, temos outros seis eventos solicitados, como a discussão sobre as terras indígenas, a erradicação do trabalho infantil, telefonia fixa e móvel, aborto, além de uma vídeo conferência sobre a comunicação e os direitos humanos. Lançamos a Série Cidadania e, no início do segundo semestre, terá início a Jornada Catarinense Maria da Penha.

AL Notícias – Quais os planos para os próximos meses?

Ada De Luca - Vamos prosseguir o trabalho neste ritmo. Quero destacar a realização da Jornada Maria da Penha, um grande evento que percorrerá 12 regiões do estado para traçar diagnósticos, definir políticas públicas para erradicação da violência contra a mulher e formar uma rede de apoio. O encerramento da jornada será em Florianópolis, no dia 1º de dezembro, com a participação de delegações de todas as regiões e da própria Maria da Penha, que já confirmou presença.

Saiba mais

Nome: Ada Faraco De Luca

Idade: 58

Naturalidade: Criciúma

Partido: PMDB

Regiões do estado que representa: área da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel)

Atividade: Advogada

Legislatura: Em seu primeiro mandato eletivo, é a primeira mulher do PMDB a conquistar uma vaga efetiva na Assembléia. Integra também as comissões de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, de Educação, Cultura e Desporto e de Relacionamento Institucional e Comunicação, além da Relações Internacionais e do Mercosul.

Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher

Presidente: Ada De Luca (PMDB)

Vice-presidente: Pedro Uczai (PT)

Membros: Odete de Jesus (PRB), Genésio Goulart e Elizeu Mattos (PMDB), Kennedy Nunes (PP) e Serafim Venzon (PSDB)

Chefe de secretaria da Comissão: Itamar Pacheco

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas;

E-mail: cdgf@alesc.sc.gov.br

Telefone: 3221.2577

Cabe à Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher exercer sua função legislativa e fiscalizadora com referência a:

- Criação de serviços de prevenção, orientação, recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência no seio das relações familiares, bem como locais adequados ao acolhimento provisório das vítimas de violência familiar;

- Política destinada a amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, nos termos da lei;

- promoção do amparo da família e da mulher dentro dos ideais da igualdade, da liberdade, da solidariedade humana, do bem-estar social e da democracia, visando o pleno exercício da cidadania.

INSTITUCIONAL

Instalado Fórum do Cooperativismo

Comissão será criada para dar encaminhamento às demandas do setor

Pessoas com interesses comuns e idênticas necessidades, organizadas economicamente de forma democrática formam uma cooperativa. Foi com a idéia de fomentar essas iniciativas que a Assembléia Legislativa instalou, no dia 31, o Fórum Parlamentar Permanente do Cooperativismo Catarinense, coordenado pelo deputado Renato Hinnig (PMDB).

Também estavam presentes no evento os deputados Reno Caramori (PP), Onofre Agostini (DEM) e Professor Sérgio Grandó (PPS).

Segundo Hinnig, a meta do Fórum é encontrar alternativas para a população que não tem vínculo com o mercado formal e que busca oportunidades para a independência financeira. O secretário de Estado da Agricultura, Antônio Ceron, destacou que este é um sistema necessário no desenvolvimento econômico, principalmente no que diz respeito à agricultura familiar.

Entre os palestrantes estava Neivor Canton, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, que

falou sobre os Desafios do Cooperativismo Brasileiro. Segundo ele, o estado tem cerca de 250 cooperativas, divididas em 13 ramos e mais de 720 mil cooperados.

Foi deliberado que uma comissão será criada para dar seqüência aos assuntos levantados, devendo pôr em prática ações como a solicitação do aumento do número das linhas de créditos para pequenas cooperativas, a criação de mecanismos de divulgação para a compreensão do sistema e principalmente a intercooperação.

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputado Renato Hinnig destacou a importância das cooperativas na geração de emprego e renda

Parlamento Jovem aprova projetos

Carlos Kilian

Os cinco projetos apresentados pelos "deputados estudantes" foram aprovados, na sessão ordinária da 4ª edição do Parlamento Jovem, que aconteceu na tarde do dia 31. O Programa Parlamento Jovem é realizado pela Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Joares Ponticelli (PP), e visa estimular a participação política da juventude, onde o "deputado estudante" vivencia situações da atividade parlamentar, com a elaboração, apresentação e votação de projetos. As propostas aprovadas serão encaminhadas para a Comissão de Legislação Participativa da Casa e poderão ser transformadas em projetos de lei do Parlamento.

Os 40 alunos participantes vieram de escolas de Criciúma, Zortéa, Planalto Alegre, Porto Belo e Jaraguá do Sul, escolhidas por sorteio. Eles formaram partidos fictícios para participar das atividades parlamentares.



Estudantes de cinco municípios participaram da quarta edição do projeto

Entre os projetos de lei aprovados, o de nº 01/07 chamou a atenção pela pertinência, já que dispõe sobre o benefício do Artigo 170, ampliando o percentual das bolsas de estudo. Também foram aprovados os projetos de nº 02/07, para instituir a Semana Estadual de Reflexão sobre Desenvolvimento Sustentável, o de nº 03/07, que cria

a Semana Estadual dos Alunos do Ensino Médio das Escolas Públicas Catarinenses e o projeto de lei nº 04/07, que autoriza a implantação do ensino profissionalizante na rede estadual de ensino público. Por último, foi aprovado o projeto nº 05/07 que visa instituir o Programa de Ensino de Libras nos estabelecimentos públicos de ensino.



CONHEÇA O LEGISLATIVO

COORDENADORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Cabe à Coordenadoria de Serviços Técnicos cuidar de toda a manutenção da Assembléia Legislativa, desde sugestões de medidas que visem o uso adequado do espaço físico, bem como a proposição de ações para a conservação e manutenção do prédio.

Vinculada à Diretoria Administrativa e de Tecnologia, projetos referentes à elétrica, hidráulica, marcenaria e sanitária são feitos na coordenadoria, que também realiza pequenas reformas nas dependências da Assembléia.

É nesta coordenadoria que os projetos técnicos são elaborados, com o intuito de buscar a racionalização e a funcionalidade dos serviços, e também são definidas as especificações para a contratação de serviços e aquisição de equipamentos e mobiliário, além dos pareceres sobre o seu recebimento. Ali também se desenvolvem os projetos de prevenção a acidentes e doenças do trabalho nos ambientes da Casa.

Entre outras atividades da coordenadoria está a elaboração de desenhos técnicos, de acordo com a necessidade dos setores. O controle e a fiscalização do cumprimento dos contratos relativos à sua área de atuação, além do acompanhamento das reformas de móveis e equipamentos feitas neste setor, que também propõe a padronização do mobiliário do Parlamento. Por fim, executa serviços de manutenção preventiva e corretiva.

Conforme o coordenador Edenilso José Arcosi, os funcionários ficam atentos 24 horas por dia, chegando, muitas vezes, a fazer reparos fora do horário do atendimento, para que a Assembléia Legislativa funcione sem mazelas ou coloque algum cidadão em perigo. "Por se tratar de um prédio antigo, com mais de 35 anos, sempre surgem problemas de reparo. Nosso principal objetivo é zelar pelo patrimônio público. Cuidamos daqui como se fosse nossa própria casa", concluiu.

Fonte: Coordenadoria de Serviços Técnicos

Ensino superior tem encontro

Com a participação de cerca de 200 estudantes e professores, aconteceu no dia 30 mais uma audiência pública do Fórum Permanente de Interiorização e Expansão do Ensino Superior, presidido pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB). O encontro foi proposto pelo deputado Cesar Souza Júnior (DEM).

A questão das bolsas é a que mais preocupa os alunos, que se manifestaram durante a audiência pública. A intenção é elaborar um documento com todos os debates realizados e apresentar uma proposta catarinense para a educação superior, informou César Souza.

Com a implantação de novos campi pela Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC), o deputado Herneus de Nadal disse que o Legislativo estadual, através do Fórum, considerou que seria bom ouvir os acadêmicos do Estado que também são trabalhadores. "Temos uma única universidade federal e precisamos encontrar caminhos para promover a inclusão universitária. Nas instituições particulares e comunitárias, por exemplo, são oferecidas mais de 200 mil vagas, sendo que mais de 40 mil estão ociosas por falta de alunos", revelou.

Cesar Souza acredita que é preciso resolver mais rapidamente a questão dos pedidos de bolsa e sugeriu que parte dos recursos para novas unidades sejam aplicados na ampliação do número de bolsas de estudo.

ESPECIAL

Saúde do Planeta depende da consciência de cada um

É ESSA A HERANÇA QUE VOCÊ VAI DEIXAR PARA O FUTURO?

Escreva um livro, plante uma árvore, duas árvores, muitas árvores. Ensine aos seus filhos que somente se todos tiverem consciência e respeito pelo planeta a Terra ainda pode ser um bom lugar para os netos deles viverem.

Na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o Programa Consciência Limpa está envolvendo funcionários e visitantes em um movimento para reduzir, reutilizar, reciclar. Porque respeito e consciência é o melhor que podemos deixar para as futuras gerações.

★ 2007

† 6007

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PONTA GROSSA, CATARINENSES & CIA.

Campanha institucional da Assembleia Legislativa vai ser divulgada em todos os veículos de comunicação do Poder - jornal AL Notícias, Rádio Alesc Digital, TV AL e site. O objetivo é provocar a reflexão sobre a necessidade de reciclar e reaproveitar materiais a exemplo da garrafa de vidro que aparece nesta peça, cuja decomposição total levará 4 mil anos para acontecer. Iniciativa vem acompanhada de educação ambiental e ações práticas, como a instalação de lixeiras para separação dos recicláveis.

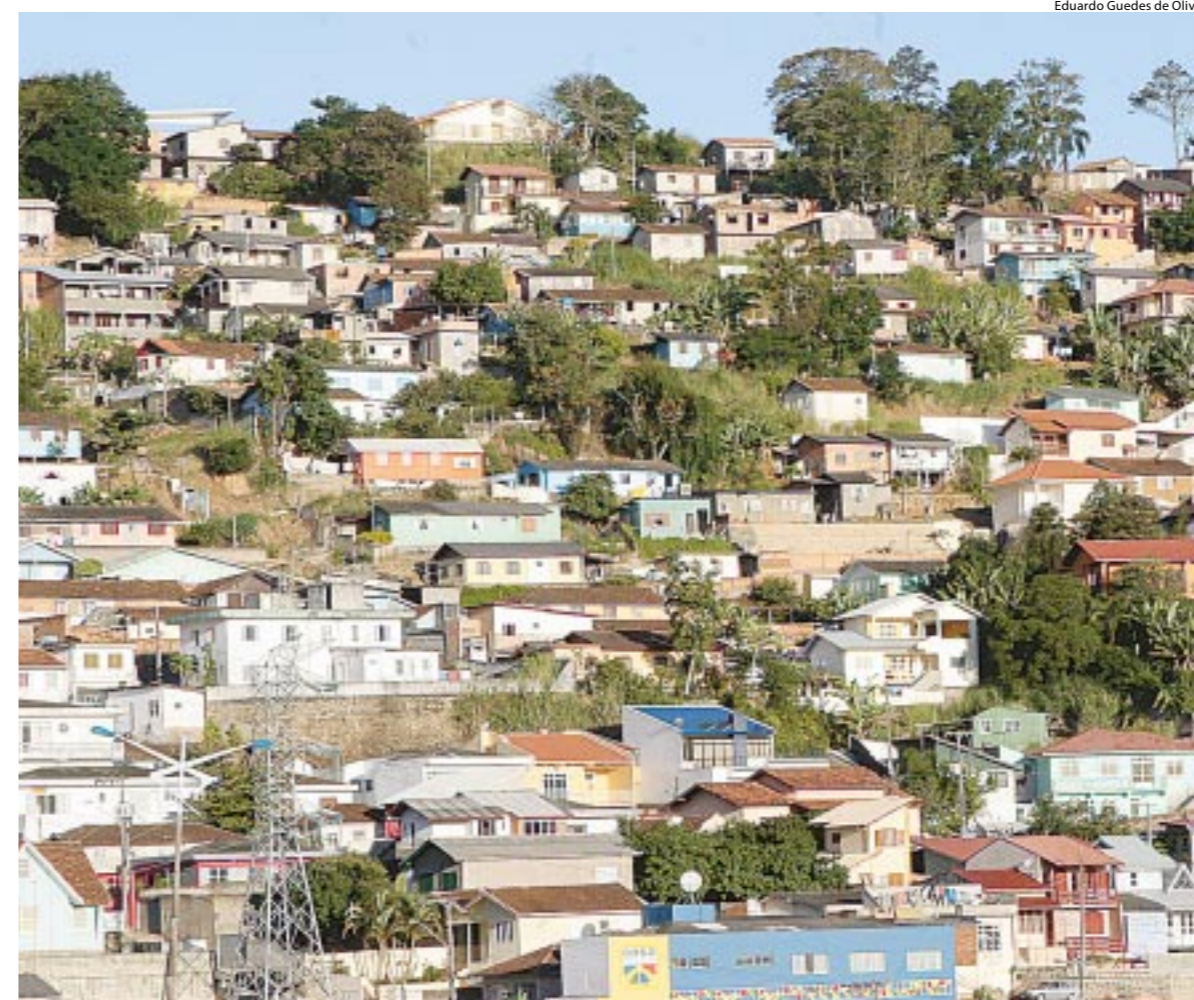
Andreza de Souza

Milhões de crianças nascem todos os dias. A população do planeta aumenta em um ritmo muito maior do que aquele necessário para a recuperação dos recursos naturais. Desde o momento em que nascem, os seres humanos começam a produzir lixo, igualmente numa quantidade muito maior do que a Terra pode suportar. A consequência dessa equação já era prevista: crescem as emissões de gases poluentes, surge o desequilíbrio ambiental, o aquecimento global, as mudanças climáticas, a contaminação de rios e solos, um rombo na camada de ozônio. Uma soma de fatores que está colocando em xeque o futuro do planeta.

Segundo dados do estudo "Tendências Demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000", realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira cresceu

quatro vezes em 60 anos, o que representa um aumento de 41,2 milhões para 169,8 milhões de pessoas no período. A pesquisa também evidencia que a taxa de urbanização do Brasil saltou de 31,3% para 81,2%. Para piorar, uma população cada vez mais acostumada ao conforto dos descartáveis, dos alimentos prontos e a consumir novidades.

O relatório do Bureau de Pesquisa Populacional, com sede em Washington, traz dados muito semelhantes sobre a população mundial. A população urbana mundial era de 2,4 bilhões de pessoas em 1990 e hoje já passa dos 3,5 bilhões. O estudo revela que 95% do crescimento demográfico mundial ocorreu nas áreas urbanas durante a última década. No século 19, estima-se que a população era de 1 bilhão de habitantes. No início do século 21, já somos 6,5 bilhões de pessoas. E a previsão para o ano 2.050 é de que haverá um crescimento de 43%, chegando ao assustador número de 9,2 bilhões de habitantes num planeta que hoje já dá claros sinais de cansaço.



De acordo com o IBGE, população brasileira quadruplicou em 60 anos, e taxa de urbanização saltou de 31,3% para 81,2%

Programa da Assembleia quer mudança de atitude

Para contribuir com uma nova consciência e atitude, a Assembleia Legislativa lança no Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho, o Programa Consciência Limpa. A ação faz parte das comemorações da Semana do Meio Ambiente, que acontece entre os dias 4 e 6 deste mês, e tem como público-alvo todos os colaboradores da Assembleia Legislativa. O objetivo é articular e desenvolver entre os trabalhadores do Legislativo catarinense a consciência para a separação e reciclagem do lixo produzido na Casa, uma atitude importante não só para a preservação ambiental, mas também para a geração de trabalho e renda para pessoas carentes. "Parece uma atitude simples. Mas é também um hábito que, se assimilado e reproduzido por todos, no ambiente do trabalho e de casa, vai contribuir na redução

do aquecimento global", afirma Luiz Antonio Fabro, coordenador de Recursos Materiais da Casa e responsável pelo programa.

Desde que começou o planejamento, já foram realizadas várias reuniões com o tema Educação Ambiental entre a presidência da Casa, direção geral, chefia do gabinete da presidência, diretores, coordenadores e chefes de gabinetes dos deputados, para difundir, desenvolver e efetivar o Consciência Limpa. Outra ação que está acontecendo na Casa, de responsabilidade da Escola do Legislativo, com colaboração da Associação Cultural Nova Acrópole, é a capacitação de todos os servidores quanto à reciclagem do lixo e a sua reutilização. Em cartilhas, são dadas informações sobre a natureza e os problemas ambientais, com sugestões para a tomada de uma nova atitude, mais consciente, por parte de todos. Também são dadas explicações práticas sobre o processo de reciclagem do lixo orgânico e inorgânico.

No desenvolvimento do pro-

grama, a coleta seletiva foi encarada pelo grupo gestor como uma corrente de três elos: a educação ambiental, já iniciada, a logística e a destinação. Na área de logística, por exemplo, lixeiras com cores diferenciadas serão distribuídas em pontos estratégicos do prédio do Legislativo, facilitando a separação do lixo reciclável por tipo - plástico, vidro, papel e metal. Depois de estocado em local apropriado, o lixo separado será recolhido pela Associação de Coletores de Materiais Recicláveis de Florianópolis (Organização Não-Governamental), que ficará responsável pela destinação final. Para certificar a eficiência do processo e o respeito aos objetivos, serão feitas avaliações periódicas para saber do desempenho de cada setor.

Além da própria Assembleia, da Escola do Legislativo e da Associação Cultural Nova Acrópole, também são parceiros do programa a Associação e o Sindicato dos Funcionários da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, - Afalesc e Sindalec.

Entenda o que é

Aquecimento Global

Cada vez mais as pesquisas nesta área apontam o homem como o principal responsável pelo aquecimento global, consequência da grande concentração de gases e que se faz sentir pelas temperaturas médias mais altas. Mas outros efeitos poderiam ser igualmente importantes, como os novos padrões de ventos, provocando furacões, tufões e ciclones, bem como o aumento das chuvas e circulação dos oceanos, além do crescimento e surgimento de desertos.

Camada de ozônio

Em volta da Terra há uma frágil camada do gás ozônio (O3), que protege animais, plantas e seres humanos dos raios ultravioleta emitidos pelo sol. Mas esta camada protetora tem sido atacada pelo clorofluorcarbono, um gás resultante da poluição que, ao atingir a camada de ozônio, destrói as moléculas que a formam. Atualmente, a área aberta na camada de ozônio é de 31 milhões de Km², maior que toda a América do Sul, ou 15% da superfície do planeta.

Efeito estufa

É formado por gases que existem naturalmente na atmosfera, em pequenas quantidades, como o vapor d'água, o dióxido de carbono, o ozônio, o metano e o óxido nitroso, e responsável por possibilitar a vida humana no planeta. Mas as atividades do homem estão aumentando as concentrações desses gases, causando o aquecimento da Terra, o derretimento das calotas polares e o aumento do nível dos mares, podendo levar ao desaparecimento das cidades litorâneas.

Mudanças climáticas

A Terra sofreu várias mudanças de temperatura causadas por fenômenos naturais. Com a Revolução Industrial, o planeta passou a sofrer com a mudança de temperatura causada pelo homem através da poluição. Para conter o ritmo dessas mudanças, tendo por base o desenvolvimento sustentável, 180 países industrializados assinaram o Protocolo de Kyoto, comprometendo-se a reduzir as emissões de gases do efeito estufa até 2012. Estados Unidos e Austrália não assinaram.

Defesa Civil de Rio do Sul/Divulgação

Edlyan Arruda/Agência Minas/Divulgação



INSTITUCIONAL

Semana do Meio Ambiente tem programação extensa no Parlamento

Comissão de Turismo e Meio Ambiente, em parceria com a Epagri, realiza evento “Perspectivas sobre Mudanças Climáticas”

Solon Soares



Evento vai debater alternativas viáveis que garantam a preservação dos ambientes naturais

Entre os dias 4 e 6 de junho a Assembléia Legislativa, através da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, vai promover uma extensa programação pela Semana do Meio Ambiente. O evento conta com a parceria da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), tendo como eixo temático “Perspectivas sobre Mudança Climática”. Outras atividades sobre o tema acontecerão paralelamente na sede da Epagri, no bairro Itacorubi, Florianópolis.

Para o deputado Décio Góes



Góes: podemos reverter a situação

(PT), presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, a Semana

do Meio Ambiente vai abordar um tema muito atual e tem o espírito de convocar a cidadania a fazer o que lhe compete. “Já que somos parte do problema, podemos ser parte da solução. O evento pretende aprofundar a questão, conscientizar as pessoas e detectar alternativas para solucionar o problema, pois podemos reverter essa situação com novas atitudes em nosso dia-a-dia. Queremos, ainda, tensionar as autoridades, responsáveis pelos destinos das nações. Vamos dar o exemplo de que é possível fazer algo”, concluiu.

Grando relança livro para marcar a data

O deputado Professor Sérgio Grando (PPS) lança, no dia 5 de junho, uma nova edição, revista, ampliada e acompanhada de um DVD, de seu livro “Ambientes da Democracia Ambiental”, cuja primeira tiragem está esgotada nas livrarias. No livro, Professor Grando analisa a questão ambiental e suas inter-relações com o desenvolvimento sustentável e a administração pública.

A publicação traz também exemplos de ações desenvolvidas pelo deputado quando presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fatma). É o caso do Corredor das Águas, ligação entre as unidades de conservação de Santa Catarina através de uma linha de mais de 600 quilômetros, passando pelo alto das serras e pelas nascentes

dos rios.

Bem antes do tema aquecimento global chegar ao cotidiano das pessoas, o parlamentar se interessou pelo assunto, tendo inclusive participado, como membro oficial da representação brasileira, da Conferência Mundial de Mudanças Climáticas, organizada pela ONU em Montreal, no Canadá, em 2005.

Exposição

A semana do Meio Ambiente terá ainda a 4ª Mostra Ambiental do Maciço do Morro da Cruz, no hall da Assembléia, que visa apresentar alternativas que garantam educação de qualidade social. Os trabalhos foram desenvolvidos considerando a integração do morro do Maciço à cidade.



Parlamentar apresenta soluções

A Mostra é organizada pelo Fórum do Maciço do Morro da Cruz e pelo Projeto de Extensão – Plano Comunitário de Urbanização e Preservação do Maciço Central de Florianópolis, do Departamento de Geociências, LAAM, LABGEOP, CIDADHIT/UFSC.

Agenda

Segunda-feira (dia 4)

8h30min - Abertura oficial

8h45min - Estratégias e Ações do Governo Brasileiro num Contexto de Mudança Climática, com Thelma Krüge, secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente

Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

10 horas - Intervalo e lançamento da cartilha *Aquecimento Global: Você é parte do problema, você é parte da solução!*

Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho

10h30min - *Mudanças Climáticas e suas Evidências em Santa Catarina*, com Hugo Braga, Chefe do EPAGRI/CIRAM

Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

14 horas - Mesa redonda *Mudanças Climáticas, Políticas Públicas e Recursos Florestais*, tendo como mediadores Jean Kuhlman, secretário de Estado de Desenvolvimento Sustentável, João de Deus Medeiros, professor da UFSC, Maniu Schang, coordenadora do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais e Murilo Xavier Flores, presidente da EPAGRI.

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

16 horas - Intervalo

16h15min - Mesa redonda *Aquecimento Global e Matriz Energética*, tendo como mediadores Pedro Uczai, deputado estadual PT/SC, Mauro Passos presidente do Instituto para o Desenvolvimento de Energias Renováveis (Ideal), Antônio Waldir Vituri, diretor da Eletrosul, e um representante do Ministério de Minas e Energia

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

19 horas - Exibição dos filmes *Uma Verdade Inconveniente: um aviso global* e *Mudanças do Clima, Mudanças de vida: como o aquecimento global já afeta o Brasil*

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Terça-feira (dia 5)

16h30min - Lançamento do Programa *Consciência Limpa* da Assembléia Legislativa, durante a Sessão Plenária

Local: Plenário Deputado Osni Régis

19 horas - Lançamento do livro: *Ambientes da Democracia Ambiental*, do Deputado Professor Sérgio Grando (PPS)

Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho

Atividades na Epagri

8h30min - Abertura, com debate sobre *Jardim Botânico de Florianópolis* e da cartilha *O que é o que é o meio ambiente*

10h15min - *Aquecimento Global: Análise do Relatório do Painel Interministerial sobre Mudanças Climáticas – IPCC/2007*, com José Marengo, pesquisador do CPTEC/INPE e membro do IPCC

13h45min - *Efeitos das Mudanças Climáticas na Agricultura Brasileira*, com Eduardo Assad, diretor-geral da Embrapa-Campinas/SP

15h15min - *Seqüestro de Carbono, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo*, com Marco Aurélio Busch Ziliotto, presidente da EcoPlan (PR)

16h30min - Encerramento e visita ao Show Room

COMISSÕES

Encontro trata de verbas para merenda

Atualmente, o alimento distribuído nas escolas equivale a 15% das necessidades nutricionais diárias

Solon Soares



Paulo Bauer disse que falta de transporte atinge alunos do Ensino Médio

O transporte e a merenda escolar foram os temas da audiência pública realizada no dia 30, no Auditório Antonieta de Barros. O encontro, requerido pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), foi uma promoção da Comissão de Finanças e Tributação, presidida por ele, e teve como principal objetivo esclarecer as modalidades de forma de pagamento e repasse aos municípios nas relações com os governos federal e estadual.

Primeiro a fazer uso da palavra, o secretário de Estado da Educação, Paulo Bauer, disse que o grande problema está no que fazer com os alunos do Ensino Médio que não são contemplados nos convênios entre as prefeituras e os governos estadual e federal. Em relação à merenda,

afirmou que não existe um único aluno na rede estadual que não tenha acesso e acrescentou que em alguns casos a merenda é municipalizada.

A presidente do Conselho de Alimentação Escolar de Santa Catarina, Ana Jeanette, disse que não se trata mais do termo merenda escolar, e sim alimentação escolar, já que são atendidos 15% do valor nutricional de cada estudante. Jeanette também ressaltou a necessidade de descentralizar a assistência técnica em todo o estado, em avaliação, treinamento e, principalmente, em educação nutricional.

Retomando a questão do transporte, considerado o mais problemático, o secretário reafirmou que a realidade enfrentada é a falta de dinheiro e algumas

características dos municípios, como a área geográfica, o que exige um dispêndio maior de recurso. Para 2007, estão orçados R\$ 35 milhões para serem investidos na educação de Santa Catarina.

Evolução

O prefeito de Gaspar, Adilson Schmidt, representante da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), salientou que houve evolução nos números repassados desde 1999, mas muitas dificuldades persistem. O prefeito falou da implantação de um plano piloto em Santo Amaro da Imperatriz, um sistema de gestão do transporte escolar que permitirá um controle efetivo dos custos com o serviço.

Agricultura define realização de três audiências públicas

A realização de três audiências públicas foi aprovada no dia 30 pela Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB).

A primeira, requerida pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB), será realizada em Araquari e servirá para discutir a ação civil do Ministério Público Federal que condenou a Fundação Nacional do Índio (Funai) a identificar e demarcar as terras indígenas

guaranis em nove municípios do Planalto Norte num prazo de 24 meses.

Outro encontro, pedido pela bancada do PT, pretende debater a situação das terras indígenas e dos pequenos agricultores. A reunião será conjunta com a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

A pedido do deputado Dirceu Dresch (PT), a comissão também promoverá uma audiência públi-

ca para discutir a adesão do Estado e dos municípios ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). As reuniões deverão acontecer nos municípios de Chapecó e Tubarão na primeira quinzena de julho. "São assuntos relevantes à agricultura do estado e precisamos definir com calma suas datas, pois é importante a participação de um grande número dos deputados componentes da Comissão", disse Sopelsa.

CCJ aprova metragem mínima para construção de Casa Popular

Na reunião do dia 29, a Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), aprovou proposta do deputado Jailson Lima (PT) que dispõe sobre a metragem mínima para a construção de habitações populares em Santa Catarina. As habitações construídas pelo Estado e municípios não poderão ter medida inferior a 40 metros quadrados. De acordo com o parlamentar, a política habitacional não determina a medida mínima para a construção de habitações populares. Ele entende que uma moradia inferior a 40 metros quadrados é desumana,

uma vez que não oferece nenhum conforto às famílias.

Outro projeto de Lei aprovado na Comissão é de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB) e visa tornar obrigatória a disponibilização ao público, por parte dos fornecedores de produtos e serviços atuantes no Estado, de um exemplar atualizado do Código de Defesa do Consumidor.

Os parlamentares autorizaram, ainda, que o Executivo faça aquisição de imóvel no município de Laguna para a instalação do 3º Pelotão da Guarnição Especial de Polícia Militar Ambiental.

AL faz audiência pública sobre terras quilombolas no estado

A regularização fundiária dos territórios quilombolas em Santa Catarina será tema de audiência pública na Assembléia Legislativa. A proposição é do deputado Pedro Uczai (PT), que sugeriu a realização do evento durante a primeira quinzena de julho. O pedido foi aprovado na reunião do dia 30 da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB), com a presença dos seus colegas de bancada Genésio Goulart, Elizeu Mattos, além do proponente da audiência.

Uczai e o deputado Jorginho Mello (PSDB) participaram, em Brasília, de audiência pública pro-

movida pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, sobre os quilombolas no Brasil. "O encaminhamento é realizar audiências públicas nos estados para debater amplamente esse assunto", afirmou o petista. Segundo informou, há disponibilidade da comissão do Senado participar desses eventos, para o qual deverão ser convidados representantes do Ministério Público Federal, Inca e governo do Estado.

Memorial

Por unanimidade, os parlamentares aprovaram a realização de outra audiência pública, ainda sem

data marcada, que foi solicitada pela Comissão Pró-Memorial dos Direitos Humanos UFSC/Udesc. A proposta do encontro é refletir com representantes dos diversos segmentos da sociedade civil, do Executivo e do Legislativo, sobre a elaboração de um projeto de lei que trate, institucionalmente, como política pública, da criação de um Memorial dos Direitos Humanos. O objetivo é torná-lo um centro de referência no tratamento dos documentos relacionados às lutas democráticas, com foco para o período 1964/1985, considerando as conexões históricas com outros períodos passados e contemporâneos.

Transportes aprova projeto que moderniza sistema de Joinville

A Comissão de Transportes, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), aprovou o Projeto de Lei n.º 52/07, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para atender o Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville, com previsão de R\$ 40 milhões.

De acordo com o deputado Edson Piriquito (PMDB), relator do projeto, é muito importante

que se valorize uma ação como essa. "Quando o governo do Estado investe esse montante num município, temos que agradecer", disse.

O deputado Kennedy Nunes (PP), apesar da aprovação do projeto, solicitou que seja enviado à Comissão um documento onde sejam informados os valores a serem comprometidos em juros e amortização. "Quero saber quanto o Estado vai pagar de juros. Para que fique bem claro que não é um dinheiro a fundo perdido e sim um empréstimo".

PLENÁRIO

Aprovadas normas do Serviço Auxiliar Temporário na Polícia Militar

Agentes terão uniformes diferenciados da PM e dos Bombeiros, mas estarão sujeitos às regras das corporações militares



Eduardo Guedes de Oliveira

Deputados analisaram e votaram a matéria, encaminhada pelo Executivo e com perfil profissionalizante

Na sessão plenária do dia 29, os parlamentares aprovaram o Projeto de Lei Complementar nº 2/07, de origem governamental, que estabelece normas de atuação do Serviço Auxiliar Temporário na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar. O candidato que ingressar neste serviço será denominado *Agente Temporário de Serviço Administrativo* e usará uniforme diferenciado daquele utilizado pelas corporações militares estaduais, mas estará sujeito às suas normas.

O Serviço Auxiliar Temporário, de natureza profissionalizante, tem por finalidade a execução de atividades administrativas internas, sendo proibido aos seus membros, sob qualquer hipótese, nas vias públicas, o porte ou o uso de arma de fogo e o exercício do poder de polícia. O recrutamen-

to deverá ser autorizado pelo Executivo, mediante proposta fundamentada nos comandantes-gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, observado o limite de 20% do efetivo total de soldados previsto em lei às duas corporações.

O prazo de prestação do Serviço será de um ano, prorrogável por igual período, desde que haja manifestação expressa do agente temporário e interesse da corporação. O pedido de prorrogação deverá ser protocolado nas corporações militares até 60 dias antes da data de encerramento do período de prestação do serviço. Já o auxílio mensal de natureza indenizatória será estabelecido anualmente pelo Governador do Estado, não podendo ser superior a dois salários mínimos.

Estatuto da PM

Por unanimidade foi aprovado também o Projeto de Lei Complementar nº 6/07, de origem do Executivo. A matéria altera a Lei nº 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares de Santa Catarina.

A partir de agora, o período passado pelo militar estadual no exercício de função de natureza ou de interesse policial-militar não será contado como tempo de arrematamento. Excetuam-se desta nova norma, quando da ocupação de cargos ou exercício de funções, a qualquer tempo, na Secretaria Executiva da Casa Militar, da Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação do Gabinete do Governador do Estado, no Gabinete do Vice-Governador do Estado e na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e seus órgãos subordinados ou vinculados.

Fundo Rotativo

Aprovado ainda o Projeto de Lei nº 12/07, de origem governamental, que determina que o Fundo Rotativo poderá destinar até 25% dos recursos financeiros para manutenção e custeio do estabelecimento a que pertença. Os recursos financeiros do Fundo são constituídos por dotações constantes do orçamento geral do Fundo; resultantes da prestação de serviços e da revenda de mercadorias; contribuições, subvenções e auxílios de órgãos da Administração direta e indireta, federal, estadual e municipal; receitas oriundas de convênios celebrados entre o Estado e instituições públicas e privadas, cuja execução seja da competência da Secretaria de Segurança Pública e de Defesa do Cidadão; resultantes de alienação de material ou equipamento inservível e outras receitas que lhe forem especialmente destinadas.

Vetos mantidos

Dois vetos, apostos pelo Executivo, foram mantidos pelo Parlamento. Um deles trata do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 18/07, de origem governamental, que dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública. Foram vetados itens que tratam da idade máxima permitida para designação e permanência na corporação, assim como a sua dispensa.

Outro veto parcial se relaciona ao PLC 7/07, de origem governamental, que dispõe sobre a organização do Departamento Estadual de Infra-Estrutura (Deinfra). O governo do Estado não aceitou que o Conselho de Administração do órgão tenha representantes das Secretarias de Estado da Infra-Estrutura, da Fazenda, do Planejamento e da Fatma.

Gonçalves comemora novos cartórios

Após 100 anos sem a instalação de nenhum cartório novo em Joinville, o deputado Nilson Gonçalves (PSDB) comemorou na quarta-feira (30) a decisão do Tribunal de Justiça (TJ) que autorizou a abertura de cinco novos cartórios e um tabelionato na cidade. De acordo com o parlamentar, a iniciativa promete acabar com as longas filas de espera nos cartórios existentes. "Desde 2003 participo da luta em busca dessa autorização", comentou.

Gonçalves salientou que o processo de instalação já passou por todos os trâmites do TJ e que os locais previstos são os bairros Floresta, Vila Nova, Bom Retiro,

Centro e Iriirú. Para o parlamentar, essa é uma grande conquista, uma vez que o município precisava urgentemente do trabalho para suprir o aumento da demanda.



Nilson: fim das filas

Peninha apresenta a "Carta de Minas"

Um encontro realizado na Assembléia Legislativa de Minas Gerais onde participaram os presidentes de todos Legislativos do país foi comentado pelo deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), que participou representando o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM). "Foi uma belíssima reunião tratou de diversas situações importantes para o país. O resultado foi a Carta de Minas, documento que fundamenta o pacto federativo e o fortalecimento das Assembléias Legislativas".

De acordo com o documento citado por Peninha, o Colegiado do encontro afirma que um grande obstáculo ao desen-

volvimento político, social e econômico do Brasil é o imenso desequilíbrio na repartição de competências entre União, estados e municípios. "Fragilidade federativa que debilita a nação,



Peninha: fortalecer o parlamento

descredita as instituições e enfraquece o poder político em todos os seus níveis", disse o deputado.

Ele ainda disse que, segundo dados do Ministério da Fazenda sobre o perfil de distribuição da arrecadação de receitas federais, que compararam os números de 1989, primeiro ano de vigência da atual Constituição, com os mais recentes, de 2006, revelam que nesse bolo tributário a participação de estados e municípios sofreu uma queda de 25%, enquanto os recursos da União, no mesmo comparativo, tiveram um crescimento de 10%. O papel do legislador também foi um dos temas do documento.

PLENÁRIO



Deputados do PP, PRB e PT listaram os motivos da ação durante entrevista coletiva à imprensa

Partidos de oposição apresentam ADI

Movimento é contra itens da reforma administrativa do Executivo

Os deputados integrantes das bancadas do PT, do PP e do PRB protocolaram no dia 31, no Tribunal de Justiça do Estado, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei Complementar nº 381/07 (reforma administrativa). Para eles, a lei é inconstitucional em vários pontos, como na criação de mais secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), na venda de terreno da Epagri, na organização regional de Santa Catarina e na contratação de servidores efetivos para cargos comissionados.

Na questão das SDRs, ampliadas para 36, a reforma administra-

tiva criou regiões administrativas. Constitucionalmente, esse tipo de organização somente pode ser feita por três formas: região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião. Quanto ao projeto para venda de terreno da Epagri, a proposta de alienação não foi feita pelo Executivo, mas pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), o que é vedado constitucionalmente, segundo a oposição.

Defesa

O deputado Edson Piriquito (PMDB) fez a defesa do governo e disse que o objetivo da oposição

é atrair a mídia. Com relação à criação de novas SDRs, disse que faz parte do modelo administrativo escolhido por cada Executivo.

Já a venda do terreno da Epagri, Piriquito mencionou que a crítica tem como propósito impedir que o governo invista em obras, pois a Epagri é uma empresa do governo e, se vendido o bem, o dinheiro é revertido para o governo que pode aplicar no estado.

As críticas com relação aos cargos comissionados não têm fundamento, segundo o parlamentar, uma vez que a lei afirma que os servidores têm preferência para ocupar o cargo.

Darci de Matos ressalta importância de audiência pública realizada em Joinville

A audiência pública promovida pelas comissões de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia, presidida pelo deputado Silvio Dreveck (PP), e de Educação Cultural e Desporto, presidida pelo deputado Darci de Matos (DEM), realizada segunda-feira (28) em Joinville, foi

o tema tratado em plenário pelo democrata.

De acordo com Darci de Matos, 400 lideranças e estudantes, presentes na audiência, debateram a formação profissional dos jovens em Joinville. Segundo o deputado, lideranças colocaram propostas fundamentais como as Parcerias Público Privadas para um maior acesso desses jovens ao mercado de trabalho.

O deputado Elizeu Mattos (PMDB), em aparte, destacou que serão implantadas unidades do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) nos municípios de Lages e Urupema. Silvio Dreveck (PP), também ressaltou a importância da realização dessa audiência pública que, segundo ele, dará condições "para podermos avançar nesse assunto".



Darci: acesso ao mercado de trabalho

BNDES pode criar linha de crédito a espécies nativas

O pedido de criação de linhas de financiamento para o plantio de araucária, bracatinga e bambu no estado, feito ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE), pelo deputado Professor Sérgio Grandó (PPS), teve resposta nesta quarta-feira (30).

Segundo ofício enviado pelo BRDE, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pode incluir essas três espécies na linha de crédito. A linha disponível tem prazo total de 12 anos com juros atrativos e carência de até oito anos. "As taxas são um grande incentivo, principalmente se o investidor tiver outras fontes de renda que garantam o pagamento do financiamento. Devemos apostar nessas linhas de crédito e fomentar o desenvolvimento do Estado", afirmou o deputado.

[GABINETES]

MISSÃO INTERNACIONAL

O deputado Herneus de Nadal (PMDB) integra a delegação catarinense que visitará países da comunidade britânica, a partir do próximo dia 2 de junho, com objetivo de ampliar negócios do segmento cooperativo e abrir mercados à produção de proteína animal produzida em Santa Catarina. Herneus representará o Parlamento estadual. "Há boas perspectivas de negócios com potenciais compradores dos nossos produtos", disse o parlamentar.

Para o deputado, "a condição de único estado da Federação portador desse certificado proporciona negócios e aumento da arrecadação para os municípios, com reflexos para toda a cadeia produtiva e a sociedade". O roteiro é programado pela Organização das Cooperativas Catarinenses (Ocesc) e Fecoagro, incluindo Inglaterra, Irlanda e Escócia. Na programação está prevista a participação do grupo em palestras de produtores, visitação a cooperativas, universidades e supermercados, para conhecer os métodos de produção e exposição de produtos. (Luiz Carlos Padilha, assessor do deputado Herneus de Nadal)

10º CONGRESSO DA FAMESC

Mais de 300 lideranças comunitárias estiveram reunidas em Ponta das Canas, Florianópolis, no último final de semana, no 10º Congresso da Federação das Associações de Moradores de SC (Famesc). O encontro debateu a reforma urbana no estado. O deputado Padre Pedro (PT) participou do encerramento do Congresso, no dia 26, e destacou a importância do apoio da entidade para um programa de lutas conjuntas na área.

Os participantes confirmaram o apoio irrestrito às emendas populares contra o nepotismo e pelo fim do subsídio vitalício pago aos ex-governadores, as quais contam com o apoio do parlamentar. Uma das moções aprovadas no encontro garante a continuidade do trabalho de coleta de assinaturas pelas emendas. A Famesc tomou a frente da campanha que pretende reunir mais de 105 mil assinaturas em cada proposta. O objetivo é garantir que as alterações ingressem na Assembleia Legislativa como emendas da própria população, o que exige o apoio de 2,5% do eleitorado catarinense. (Cássio Giovanni Turra, assessor do deputado Padre Pedro Baldissera)

UNALE EM PORTO ALEGRE

Cerca de 400 deputados estaduais de todo o Brasil participaram, em Porto Alegre/RS, da XI Conferência Nacional da União dos Legislativos Estaduais. As duas principais discussões desse encontro foram as reformas Política e Tributária. De Santa Catarina, participaram os deputados Odete de Jesus (PRB), Romildo Titon (PMDB) e Joares Ponticelli (PP). Odete, que preside a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar do Legislativo catarinense foi eleita e já tomou posse na nova executiva da Unale para dois anos de mandato. O novo presidente é o deputado gaúcho Alexandre Postal (PMDB).

Odete promete participação efetiva nas discussões da Unale e buscará garantir a presença feminina nas decisões da reforma política. Afirma que vai exigir respeito às questões de espaço de pelo menos 50% nas candidaturas de mulheres nos pleitos eleitorais. (Ivan Pimentel, assessor da deputada Odete de Jesus)

UTI DO HOSPITAL SÃO DONATTO

Lideranças de Içara participaram de audiência no gabinete do deputado Clésio Salvaro (PSDB), no dia 29 de maio, para reivindicarem a viabilização de recursos de R\$ 490 mil para a segunda etapa da construção da UTI adulta do Hospital São Donatto.

Salvaro lembrou a Dado Cherem, secretário de Estado da Saúde, presente ao evento, que os recursos são compromisso assumido pelo governo do Estado, que liberou, ainda em 2005, R\$ 300 mil para o início da obra. Dado comprometeu-se em honrar o compromisso, dentro das possibilidades do Executivo.

Participaram da audiência o presidente do Hospital, Jairo Percucchi, a diretora administrativa Raquel de Oliveira, o presidente do Conselho Curador do Hospital, Valmir Dagostin, o secretário Regional, Gentil da Luz, o secretário Municipal de Saúde, Valmor Rosso, e os vereadores Joacir Domingos Pereira e Francisco Ortêncio Mota. (Assessoria do deputado Clésio Salvaro)

COMUNIDADE

Turismo ferroviário cresce em SC

Investimentos e organização das comunidades contribuem para consolidar mais uma importante atração no estado



Divulgação ABPF

Trem da Serra do Mar passa por pontes e reservas florestais. No meio do trajeto, almoço típico polonês

Graziela May Pereira

No início de maio, a região Meio-Oeste de Santa Catarina deu o primeiro passo para o crescimento do turismo ferroviário em sete municípios. Totalmente restaurada, a locomotiva Angelina, do tipo maria fumaça, será utilizada no transporte de turistas na ferrovia do Vale da Uva e do Vinho, que passa por Videira, Pinheiro Preto e Tangará. A chamada Rota da Amizade, que desenvolverá o turismo nas cidades de Piratuba, Treze Tílias, Joaçaba, Fraiburgo, Videira, Pinheiro Preto e Tangará, terá um investimento de R\$ 2 milhões com a revitalização de 36 quilômetros de ferrovia e de três estações. A expectativa é aumentar em 20% o movimento anual de 500 mil turistas que visitam a Rota da Amizade.

Na região Norte, o Trem da Serra do Mar faz passeios a partir de Rio

Negrinho para São Bento do Sul. O trecho, construído entre 1910 e 1913, tem quatro túneis, pontes à grande altura e fantásticos cortes na rocha. O município de Rio Negrinho dá total apoio para garantir a continuidade da iniciativa. O passeio consegue até mobilizar a comunidade polonesa do meio da serra, onde é servido um almoço típico, o que valoriza ainda mais o roteiro histórico cultural.

No Sul, com saída de Tubarão, a centenária maria fumaça faz linha com a cidade de Urussanga, passando por Jaguaruna e Morro da Fumaça. A linha férrea liga esta região ao litoral e chega a Imbituba e sua tradição açoriana, cortando lagoas e costeando o mar. A ferrovia Thereza Cristina, por onde são realizados esses passeios, está entre a serra e o mar, às margens do rio Tubarão, e tem como um dos seus atrativos as inúmeras pontes ao longo do percurso.

ABPF luta pela preservação

Preservar e resgatar a Memória Ferroviária são os principais motivos para a manutenção das viagens realizadas pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF). Uma oportunidade para voltar no tempo, visitando antigas estações e conhecendo o funcionamento das locomotivas a vapor.

De acordo com Scheila Pilz, uma das coordenadoras da ABPF, os turistas têm também a chance de conhecer toda a ferrovia através dos Museus Dinâmicos, máquinas restauradas e em pleno uso. Eles estão situados nas cidades de Campinas e Cruzeiro (SP), São Lourenço do Sul (MG) e em Tubarão e Rio Negrinho,

aqui no estado. São vários tipos de locomotivas a vapor, fabricadas desde o início até a metade do século passado, além de diferentes vagões e carros de passageiros históricos, alguns em atividade.

Em Santa Catarina, outra iniciativa importante. No Museu Ferroviário de Tubarão, primeiro do estilo no estado, o visitante encontra 23 peças, entre vagões e locomotivas, vindos da França, Japão, Bélgica, Inglaterra, Polônia, Alemanha, Estados Unidos e da ex-Tchecoslováquia. O acervo tem ainda relógios, pinturas, ferramentas, telefones, telégrafos, máquinas de escrever, placas, sinos, fotografias e esculturas.

Roteiros para todos os gostos

Trem da Serra do Mar

Trajetos: Rio Negrinho a São Bento do Sul
Uma vez ao mês, com saída às 10 horas e retorno até as 17h30min
Almoço típico polonês: R\$ 10,00
Valor por pessoa: R\$ 40,00 (gratuito para crianças até cinco anos)
Informações e reservas: (47) 3644-7000 ou (49) 3553-1121

Trem das Termas

Trajetos: Piratuba a Marcelino Ramos (RS)
Todos os sábados, com saída às 13h30min e retorno às 17h30min, no inverno, e saída às 14 horas e retorno às 18 horas, no verão
Passeio com degustações, animação musical e acompanhamento de guias
Valor por pessoa: R\$ 30,00 (banco de madeira) ou R\$ 35,00 (banco estofado) Gratuito para crianças até cinco anos
City tour: R\$ 4,00 por pessoa
Informações e reservas antecipadas - (49) 3553-1121

Maria Fumaça (Saídas programadas, por fretamento, do Museu Ferroviário de Tubarão) - Valor por pessoa: R\$ 25,00

Trajetos: Tubarão a Imbituba
Com saída às 8h30min e retorno às 18h30min
Roteiros da Cultura Açoriana e da Baleia Franca, travessia da Lagoa de Imaruí e visita a diversas praias
Almoço livre

Trajetos: Tubarão a Urussanga
Com saída às 8h30min e retorno às 18h30min
Roteiro da Cultura Italiana
Almoço livre ou passeio na Pousada Vinícola Mazon para almoço e degustação de vinho (R\$ 20,00)

Trajetos: Tubarão a Siderópolis
Com saída às 8h30min e retorno às 19 horas
Roteiro da Cultura Italiana e da extração do carvão. Visita ao lago da draga Marion e travessia de um túnel de 300 metros
Almoço livre
Informações e reservas: (48) 3632-3450

CRIANÇAS DESAPARECIDAS



Bruno Pientosa
Nascido em 07/03/1990
Desaparecido em 03/11/2006
Cidade: Fazenda Rio Grande - PR



Claudio Giovane da Silva
Nascido em 29/01/1993
Desaparecido em 24/08/2003
Cidade: Colombo - PR



Luciane Farias de Oliveira
Nascida em 30/11/1977
Desaparecida em 07/10/1990
Cidade: Serra - Espírito Santo



Marcelo de Jesus da Silva
Nascido em 19/05/1990
Desaparecido em 13/07/2004
Cidade: Vila Velha - Espírito Santos